

# Uma Boa Mentira: Virtudes humanas em estado puro. Sem vírgulas. (por Pablo González)

**The Good Lie. USA. (2014). Diretor: Philippe Falardeau. Reese Witherspoon, Corey Stoll, Sarah Baker, Sope Aluko, Sharon Conley, Mike Pniewski, Arnold Oceng, Clifton Guterman, Ger Duany, Emmanuel Jal. 110 min.**

☒ Uma lufada de ar refrescante. Imprevista. Tinha este filme nos meus arquivos, vários meses esperando. Algo tinha lido em alguma crítica: ativista americana que ajuda refugiados sudaneses. Mais do mesmo, pensei. E deixei esperando. Um dia -sempre é desse jeito- , sem pensa-lo muito (aliás, parece-me que tinha previsto assistir outro filme), coloquei-o na tela do computador, talvez até por engano. E deixei correr. Vejo jovens africanos embarcando de um campo de refugiados para América. E a seguir, em flashback, a explicação conveniente.

Imediatamente, conforme as lembranças dos protagonistas desfilam na tela, a minha memória evoca outras paralelas, vindas de um livro que li há alguns meses. [Correr para viver](#). A história de um refugiado sudanês, que acaba se transformando em atleta olímpico em USA. O livro é sua história, e o débito que com justiça e com elegância paga a todos os que lhe ajudaram. ☒ Aqui os protagonistas são outros, não parece que tenham aptidões especiais como o corredor do livro, mas evidentemente o marco histórico é o mesmo. Os meninos perdidos do Sudão, órfãos durante a guerra civil de 1983 que assolou o país e emigraram para os campos de refugiados do Quênia. No final dos anos 90 começa o êxodo facilitado pelos Estados Unidos, que através de organizações variadas, acolhe os órfãos sudaneses. Até o 11 de Setembro, onde o processo se interrompe, por motivos de segurança. O filme -como o livro- conta uma história real, e os atores são realmente emigrados sudaneses, ou filhos daqueles. Argumento simples, atitudes humanitárias, enfim, um capítulo da história humana que carrega lamentos pelas barbaridades perpetradas e louvores para os que tentaram minimizá-las.

☒ Mas a força do filme -pelo menos o que me impactou- não está aí, mas nas entrelinhas. São as atitudes dos africanos as que esbanjam virtudes. O tempo todo. Durante a massacre étnica, nos tempos que passam no campo de refugiados e, com destaque, na sua chegada a USA. Até parece que são pessoas de outro planeta pelo modo, simples, franco, direto, como se comportam. Lealdade, afeto, generosidade distribuída sem medida. Elogios aos policiais que mantém a autoridade, porque no entender deles -na cultura africana- são pessoas que estão ao serviço da sociedade. Compartilhar com quem não tem, porque é assim que eles foram criados, não concebem outro modo de viver. Integridade a prova de bomba, simplicidade que lhes permite apreciar o que para outros passa despercebido. E uma amizade temperada pelo sentimento de lealdade, de honra, que ultrapassa as categorias vigentes. A boa mentira, que dá título ao filme, é importada de um romance de Mark Twain, onde um dos protagonistas se faz passar por outro, para ajudá-lo, arcando com o débito que o beneficiado tinha em conta. Gente de outro planeta? Ou somos nós os que mudamos e arrastamos nessa mudança saturada de mentira, corrupção e deslealdade os cacos deste mundo nosso?

☒ Virtudes em estado puro. Esse foi o resumo que cristalizou na minha mente, enquanto desfilavam na tela os créditos finais. E ao tempo, lembrei de uma conversa singular, acontecida

numa das muitas reuniões humanistas nas que ando envolvido. Recordo-a como a reunião das vírgulas. Em teoria, todos concordamos que se deve viver a honestidade -ou a sinceridade, a lealdade, e por ai afora- , mas há situações onde.....O “mas”, golpe adversativo, costuma ser precedido por uma vírgula. A vírgula, que fornece um ponto de inflexão à virtude, é o começo do descaminho. Sim, tudo isto é muito importante, mas..... Ai está a vírgula. Como esclarecendo: no meu caso, nesta situação, em tais circunstâncias, .....E, com a vírgula segue-se a desculpa para eximir-se da atitude virtuosa.

✘ Na vírgula damos entrada aos exemplos -maus exemplos, entende-se- que outros dão e que parecem desculpar-nos das nossas obrigações. Na vírgula se desbota a virtude, perde cor e atrativo. E como nunca foi mais atual aquele ditado de que quem não vive como pensa, acaba pensando como vive, construímos toda uma antropologia da vírgula, que se veste de questões culturais, modernas -ou pós-modernas- desculpas eruditas para fugir do cumprimento do dever. Integridade? Compromisso? Lealdade? Sim, de acordo, mas....E lá vem a vírgula, confortante e salvadora. Impossível não recordar aquele fato que contam ocorreu com Alexandre Dumas, o filho. Chegou a uma reunião social e uma das damas espetou-lhe: “Deve ser muito difícil para o senhor ter um pai com costumes tão licenciosos como o pai do senhor”. Parece que a fama de *bon vivant* do Dumas pai era pública. Mas o interpelado respondeu-lhe com imensa calma: “Nada disso, minha senhora. Se ele não me serve como exemplo, funciona bem como desculpa”.

✘ A reunião das vírgulas ficou famosa. Lembro que alguns dias depois recebi um e-mail de um dos participantes, comentando um assunto profissional -por certo, de modo muito competente- e desculpando-se por não ter feito ainda melhor. “Sei que você não gosta de vírgulas, afirmava no final”. Não é uma questão de gosto, mas de coerência. Quando se permite que as vírgulas tomem conta, as modulações e orações subordinadas acabam apagando a sentença principal.

✘ Os atores deste filme não são gente de outro planeta. São humanos, como nos, mas sem vírgulas. E ai minha imaginação voo para outro livro que também li recentemente e que comentei neste espaço, o [Caçador de Pipas](#). Recomendo a leitura do comentário -eu mesmo acabo de reler o que escrevi- porque é um complemento ao tema das vírgulas. Atrai-nos o exótico, emociona-nos a amizade, a lealdade destes seres longínquos -do Sudão ou do Paquistão- e até nos arranca lágrimas. Mas os deixamos lá, em outro planeta, porque permitir a entrada no nosso provocaria uma enxurrada de reflexões, e vai ver que nos pega de calça curta.

✘ A maldita lealdade inabalável do protagonista do Caçador de Pipas, a amizade íntegra do sudanês da Boa Mentira, são uma bofetada para a nossa sociedade medíocre. É sabido o pouco espaço que as notícias dos países africanos ou asiáticos que estão no terceiro (ou quarto?) mundo, têm nos meios de comunicação. Dizem alguns que talvez porque não são relevantes para a economia e para os destinos do poderoso ocidente e de quem corta o bacalhau. Atrevo-me a pensar que há talvez outros motivos muito mais perigosos: vai ver que o confronto com essas vidas simples, diretas, repletas de virtudes em estado puro, sem vírgulas, nos incomodaria sobremaneira. Sim, uma bofetada; ou, pelo menos, uma luva que nos é jogada na cara, para enfrentar o duelo e resgatar uma vida digna, sem vírgulas, e tomar posse real do nosso planeta, em solidariedade de virtudes com quem tem tanto para nos ensinar.

**Pablo González Blasco**

## ÚLTIMA SEMANA PARA INSCRIÇÕES :: CURSO “INTERPRETES DO BRASIL” (2º SEM./2015)



Prezados(as), ainda há tempo de fazer sua inscrição e garantir sua vaga. O curso começa no próximo sábado (01/Agosto/2015). Se ainda não conhece o curso confira abaixo. Se já o conhece, pode fazer sua matrícula diretamente através deste link <http://unisal.br/cursos/interpretes-do-brasil/> (basta clicar ao lado direito em “Inscreva-se para este curso” e seguir os passos).

\* Avisamos também, para aqueles que não estavam conseguindo fazer sua inscrição, que o problema foi resolvido e o sistema voltou ao normal.

\*\*\*

### **CURSO DE EXTENSÃO “INTÉRPRETES DO BRASIL” | IFE CAMPINAS/UNISAL**

A proposta do curso é familiarizar o público não especializado com as idéias chave de seis pensadores que marcaram época na reflexão sobre a identidade nacional brasileira e que exerceram influência decisiva sobre a modelagem de nossas instituições políticas e educacionais em sua configuração atual.

São eles: José Bonifácio, Joaquim Nabuco, Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda e Darcy Ribeiro.

### **AGENDA DO CURSO:**

(As ementas de cada aula e breve currículo dos professores estão ao final deste post.)

1º/AGOSTO

#### **1. JOSÉ BONIFÁCIO, PATRIARCA DA INDEPENDÊNCIA**

Prof. Esp. Rafael Nogueira

22/AGOSTO

#### **2. JOAQUIM NABUCO, ESTADISTA DO IMPÉRIO**

Prof. Ms. Bruno Garschagen

12/SETEMBRO

#### **3. GILBERTO FREYRE, PENSADOR DA IDENTIDADE NACIONAL**

Prof. Ms. Flávio Alencar

26/SETEMBRO

#### **4. CAIO PRADO JÚNIOR, HISTORIADOR DO BRASIL**

Prof. Ms. Fábio Florence

3/OUTUBRO

#### **5. SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA, DEFENSOR DA BRASILEIRIA**

Prof. Ms. Aldo Fernandes

7/NOVEMBRO

#### **6. DARCY RIBEIRO, O ANTROPÓLOGO DA REPÚBLICA**

Prof. Dr. João Malheiro

### **BENEFÍCIOS DO CURSO:**

- Único do mercado
- Professores altamente qualificados
- Material (pasta, folhas etc.)
- Conhecimento válido para a vida
- Coffee break a cada atividade
- Salas com recurso multimídia
- Artigos do IFE no jornal *Correio Popular* no *mailing list* dos alunos
- Recebimento de certificado ao final

### **INSCRIÇÕES:**

- Enviar e-mail para [ifecampinas@ife.org.br](mailto:ifecampinas@ife.org.br) solicitando ficha cadastral **OU diretamente** através deste link <http://unisal.br/cursos/interpretes-do-brasil/> (Clique do lado direito em **“Inscreva-se para este curso”**)
- INVESTIMENTO: 5 parcelas de R\$ 129,00 para 6 aulas (R\$ 129,90 na Matrícula + 4 de R\$ 129,00)

**HORÁRIO:** Manhãs de sábado. 9h00-10h30 (1ª parte); 10h30 Coffee break; 11h00-12h00 (2ª e última parte)

### **REALIZAÇÃO:**

IFE CAMPINAS

[www.ife.org.br](http://www.ife.org.br)

### **PARCERIA:**

UNISAL

[www.unisal.br](http://www.unisal.br)

### **LOCAL:**

UNISAL - Liceu Salesiano

Unidade Liceu Salesiano, R. Baronesa Geraldo de Resende, 330

Jd. Guanabara, Campinas/SP - CEP 13075-270



→ Para visualizar o cartaz do curso em **PDF** acesse este link:  
[http://ifecampinas.org.br/wp-content/uploads/2015/06/Cartaz\\_InterpretesBrasil-WEB-PDF.pdf](http://ifecampinas.org.br/wp-content/uploads/2015/06/Cartaz_InterpretesBrasil-WEB-PDF.pdf)

→ Para visualizar o cartaz do curso em **JPEG** acesse este link:  
[http://ifecampinas.org.br/wp-content/uploads/2015/06/Cartaz\\_InterpretesBrasil-WEB-high\\_02.jpg](http://ifecampinas.org.br/wp-content/uploads/2015/06/Cartaz_InterpretesBrasil-WEB-high_02.jpg)

# EMENTAS E BREVE CURRÍCULO DOS PROFESSORES

1º/AGOSTO

## 1. JOSÉ BONIFÁCIO, PATRIARCA DA INDEPENDÊNCIA

José Bonifácio de Andrada e Silva desempenhou papel fundamental não apenas em nosso processo de emancipação, mas também na construção de um governo centralizador e forte o bastante para impedir a fragmentação do território nacional. Homem de visões lúcidas e ricas, assinalou o papel positivo da miscigenação racial para a formação da nação brasileira, arquitetou o poder moderador (decisivo para a estabilidade política do império) e exerceu importante influência na formação de Dom Pedro II, na qualidade de seu tutor pessoal.

Por **Rafael Nogueira**: Especialista em Educação pela UNIMES, Bacharel em Direito, Licenciado e Bacharel em Filosofia pela UniSantos.

22/AGOSTO

## 2. JOAQUIM NABUCO, ESTADISTA DO IMPÉRIO

Conhecido como figura de ponta do movimento abolicionista, Joaquim Nabuco foi um verdadeiro “cidadão do mundo”. Frequentou os principais meios intelectuais da chamada “Era Vitoriana” e elaborou importantes e originais lições a partir da prática política de seu pai, senador Nabuco de Araújo, um dos arquitetos da política da conciliação no segundo reinado.

Por **Bruno Garschagen**: Palestrante, Escritor, Editor e Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais pela UCP (Portugal). *Visiting student* da University of Oxford.

12/SETEMBRO

## 3. GILBERTO FREYRE, PENSADOR DA IDENTIDADE NACIONAL

Autor de uma das obras mais originais sobre a formação da identidade brasileira, “Casa Grande e Senzala”, Gilberto Freyre é, sobretudo, conhecido pela avaliação positiva da miscigenação racial como fator de formação do povo brasileiro. Mas, além disso, empreendeu longas viagens por territórios de colonização portuguesa e empreendeu, até o fim de sua longa vida, um incansável esforço para compreender o caráter específico da colonização da portuguesa e suas constantes culturais.

Por **Flávio Alencar**: Mestre em História pela UFF (RJ) e pesquisador visitante no Russell Kirk Center (EUA).

26/SETEMBRO

## 4. CAIO PRADO JÚNIOR, HISTORIADOR DO BRASIL

A obra do paulista Caio Prado Júnior é marcada pela tentativa de adaptação do pensamento marxista à análise da formação brasileira. Seguindo a conhecida sentença de Marx, segundo a qual “os filósofos se limitaram a interpretar o mundo de diferentes maneiras; trata-se agora de transformá-lo”, Prado Júnior influenciou de maneira decisiva os movimentos sociais de esquerda que até hoje marcam forte presença na política brasileira.

Por **Fabio Florence**: Doutorando pela PUC-SP, Mestre em Filosofia pela UNICAMP e bacharel em Direito pela PUC-Campinas (SP).

### 3/OUTUBRO

#### 5. SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA, DEFENSOR DA BRASILIDADE

Autor do celebrado clássico “Raízes do Brasil”, mas também de “Caminhos e Fronteiras”, Sérgio Buarque de Holanda adaptou o instrumental teórico de grandes historiadores alemães, como Leopold Von Ranke e Eduard Meyer, e do sociólogo Max Weber para compreender a especificidade do homem brasileiro.

Por **Aldo Rio Branco Fernandes**: Gen Bda Ex, Mestre em História do Brasil e Professor de História da EsPCEX e da AMAN (SP).

### 7/NOVEMBRO

#### 6. DARCY RIBEIRO, O ANTROPÓLOGO DA REPÚBLICA

Influenciado pelo marxismo, mas não limitado a ele, Darcy Ribeiro empreendeu o último grande esforço teórico de interpretação da realidade brasileira em seu clássico “O Povo Brasileiro” (publicado em 1995). Além de antropólogo e romancista, Ribeiro desempenhou papel de destaque nas reformas educacionais brasileiras nos governos de João Goulart e, no Rio de Janeiro, de Leonel Brizola.

Por **João Malheiro**: Doutor em Educação pela UFRJ, pesquisador e autor do livro “A Alma da Escola do Século XXI”

\*\*\*

Agradecemos sua atenção.

Cordialmente,

Equipe IFE Campinas.

---

## "Estado da Arte": Direito Romano

O programa *Estado da Arte* é produzido e apresentado por Marcelo Consentino, presidente do IFE e editor da revista *Dicta & Contradicta*. A cada edição três estudiosos põem em foco questões seminais da história da cultura, trazendo à pauta temas consagrados pela tradição humanista.

A seguir apresentamos a edição que foi ao ar em 27 de abril de 2015.

### Direito Romano

[http://oestadodaarte.com.br/wp-content/uploads/2015/05/Podcast\\_DireitoRomano\\_OK.mp3](http://oestadodaarte.com.br/wp-content/uploads/2015/05/Podcast_DireitoRomano_OK.mp3)



1.500 anos após a queda do Império no Ocidente, o Direito Romano vive hoje, como viveu na era medieval e moderna, na condição de matriz dos códigos civis da Europa continental, assim como da América Latina e mesmo do Japão. Sua influência hegemônica no direito público e privado é um fato mensurável linguisticamente: “Jurisprudência”, “Tribunal”, “República”, “Plebiscito”, “Lei”, “Senado” e tantas outras instituições jurídicas e políticas vitais à nossa organização social têm seus nomes derivados do léxico romano clássico. Ironicamente, a única exceção à regra talvez seja o próprio vocábulo “Direito”, fruto espúrio do latim medieval, posto que na Roma antiga “Direito” e “Justiça” se fundiam originariamente numa só palavra, *ius*, um conceito tão omnipresente na biosfera romana, que em toda a literatura produzida por seus jurisperitos – a primeira ciência jurídica do mundo – só se encontram escassas definições, e mesmo elas parecem descrever não tanto a realidade do direito tal qual ele é, mas sim um ideal de justiça moral tal qual ela deveria ser. Para um deles *ius* é “a técnica de se realizar o bem e a equidade”, para outro os preceitos do direito são “viver honestamente, não prejudicar os outros e atribuir a cada um aquilo que é seu”.

A epopeia da cidade que se tornou o mais poderoso império que o mundo já conheceu foi também a história da consolidação de uma Lei e uma Ordem comuns para a maior parte da Europa, África do Norte e Oriente Médio. Ninguém exprimiu mais contundentemente esse destino quanto o maior dos poetas romanos, Virgílio, na admoestação premonitória do troiano Anquises ao seu filho Eneias, o pai mítico da raça romana: “Romano, lembra o teu poder para governar sobre os povos da Terra – pois tuas artes não de ser estas: pacificar, impor o império da lei, poupar os vencidos, abater os soberbos”. A verdade, contudo, é que o próprio herói encerraria sua saga enterrando seu gládio no peito de seu oponente, enquanto este, rendido, lhe suplicava misericórdia. E a expansão do Império romano significou também a perpetuação dos dois maiores males sociais que a humanidade já produziu: a escravidão e a guerra. Nisso Roma não se diferenciava dos outros povos da Antiguidade. Todos basearam suas estruturas econômicas e políticas nestas duas perversões – todos viveram pela espada e morreram pela espada. Roma só foi, talvez, mais eficiente – e sua queda, mais espetacular. Os frutos originais do solo romano foram, sim, juristas capazes de manter um saudável realismo para com os fatos ante seus olhos, sem sufocar o idealismo em seu coração. Como um certo Ulpiano, que olhando em torno constatava, cerca de 2.000 anos antes da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que “a escravidão é própria do *ius gentium*, o direito dos povos, mas não do *ius naturale*, porque pelo direito natural todos os homens nascem livres”.

---

## Convidados

- Bernardo Queiroz de Moraes, livre-docente e professor de Direito Romano da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.
- Carlos Boucault, professor de direito da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho e coordenador do projeto de pesquisa “Hierarquia entre Direito e Retórica no Final da República Romana”.
- Tomás Olcese, professor de Direito na Universidade Anhembi Morumbi e pesquisador do projeto temático da Universidade de São Paulo “As Origens Romanas do Código Civil Brasileiro”.

---

## Referências

- *História do Direito Romano (Storia del diritto romano)* de Mario Bretone (Estampa).
- *A Cidade Antiga (La Cité Antique. Étude sur le culte, le droit, les institutions de la Grèce et de Rome)* de Fustel de Coulanges (Ediouro).
- *Direito Romano* de Thomas Marky (Centro Acadêmico 22 de agosto).
- *Istituzioni di Diritto Romano* de Matteo Marrone (Palumbo).
- *Istituzioni di Diritto Romano* de Mario Talamanca (Giuffrè Editore).
- *Lineamenti di Storia del Diritto Romano* organizado por Mario Talamanca (Giuffrè Editore).
- *Roman Law, Contemporary Law, European Law. The Civilizan Tradition Today* de Reinhard Zimmermann (Oxford University Press).
- *Les grands systèmes de droit contemporains* de René David (Camille Jauffret-Spinosi).
- *Roman Civilization. Sourcebooks I. The Republic; II. The Empire* editado por N. Lewis e M. Reinhold (Harper Torchbooks).
- *História de Roma (Rome)* de Michel Rostovtzeff (Zahar Editores).
- *História de Roma - excertos (Römische Geschichte. 5 vols.)* de Theodor von Mommsen (Editora Delta).
- [\*Encyclopedic Dictionary of Roman Law\* de Adolf Berger.](#)
- *Istituzioni di Diritto Romano* de Biondo Biondi (Giuffrè Editore).
- *Le droit romain* de Michel Villey (PUF).
- *A History of Rome to 565 a.D.* de A.E.R. Boak e R. Hudson (The MacMillan Company).
- *Ius: l'invenzioni del diritto in Occidente* de Aldo Schiavoni (Einaudi).

---

### Produção e apresentação

Marcelo Consentino

### Produção técnica

Jukebox

**Fonte:** <http://oestadodaarte.com.br/direito-romano/>

---

## "Estado da Arte": Direito Romano

O programa *Estado da Arte* é produzido e apresentado por Marcelo Consentino, presidente do IFE e editor da revista *Dicta & Contradicta*. A cada edição três estudiosos põem em foco questões seminais da história da cultura, trazendo à pauta temas consagrados pela tradição humanista.

A seguir apresentamos a edição que foi ao ar em 27 de abril de 2015.

# Direito Romano

[http://oestadodaarte.com.br/wp-content/uploads/2015/05/Podcast\\_DireitoRomano\\_OK.mp3](http://oestadodaarte.com.br/wp-content/uploads/2015/05/Podcast_DireitoRomano_OK.mp3)



1.500 anos após a queda do Império no Ocidente, o Direito Romano vive hoje, como viveu na era medieval e moderna, na condição de matriz dos códigos civis da Europa continental, assim como da América Latina e mesmo do Japão. Sua influência hegemônica no direito público e privado é um fato mensurável linguisticamente: “Jurisprudência”, “Tribunal”, “República”, “Plebiscito”, “Lei”, “Senado” e tantas outras instituições jurídicas e políticas vitais à nossa organização social têm seus nomes derivados do léxico romano clássico. Ironicamente, a única exceção à regra talvez seja o próprio vocábulo “Direito”, fruto espúrio do latim medieval, posto que na Roma antiga “Direito” e “Justiça” se fundiam originariamente numa só palavra, *ius*, um conceito tão onnipresente na biosfera romana, que em toda a literatura produzida por seus jurisprudentes – a primeira ciência jurídica do mundo – só se encontram escassas definições, e mesmo elas parecem descrever não tanto a realidade do direito tal qual ele é, mas sim um ideal de justiça moral tal qual ela deveria ser. Para um deles *ius* é “a técnica de se realizar o bem e a equidade”, para outro os preceitos do direito são “viver honestamente, não prejudicar os outros e atribuir a cada um aquilo que é seu”.

A epopeia da cidade que se tornou o mais poderoso império que o mundo já conheceu foi também a história da consolidação de uma Lei e uma Ordem comuns para a maior parte da Europa, África do Norte e Oriente Médio. Ninguém exprimiu mais contundentemente esse destino quanto o maior dos poetas romanos, Virgílio, na admoestação premonitória do troiano Anquises ao seu filho Eneias, o pai mítico da raça romana: “Romano, lembra o teu poder para governar sobre os povos da Terra – pois tuas artes hão de ser estas: pacificar, impor o império da lei, poupar os vencidos, abater os soberbos”. A verdade, contudo, é que o próprio herói encerraria sua saga enterrando seu gládio no peito de seu oponente, enquanto este, rendido, lhe suplicava misericórdia. E a expansão do Império romano significou também a perpetuação dos dois maiores males sociais que a humanidade já produziu: a escravidão e a guerra. Nisso Roma não se diferenciava dos outros povos da Antiguidade. Todos basearam suas estruturas econômicas e políticas nestas duas perversões – todos viveram pela espada e morreram pela espada. Roma só foi, talvez, mais eficiente – e sua queda, mais espetacular. Os frutos originais do solo romano foram, sim, juristas capazes de manter um saudável realismo para com os fatos ante seus olhos, sem sufocar o idealismo em seu coração. Como um certo Ulpiano, que olhando em torno constatava, cerca de 2.000 anos antes da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que “a escravidão é própria do *ius gentium*, o direito dos povos, mas não do *ius naturale*, porque pelo direito natural todos os homens nascem livres”.

---

## Convidados

– Bernardo Queiroz de Moraes, livre-docente e professor de Direito Romano da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

– Carlos Boucault, professor de direito da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho e coordenador do projeto de pesquisa “Hierarquia entre Direito e Retórica no Final da República Romana”.

- Tomás Olcese, professor de Direito na Universidade Anhembi Morumbi e pesquisador do projeto temático da Universidade de São Paulo “As Origens Romanas do Código Civil Brasileiro”.

---

## Referências

- *História do Direito Romano (Storia del diritto romano)* de Mario Bretone (Estampa).
  - *A Cidade Antiga (La Cité Antique. Étude sur le culte, le droit, les institutions de la Grèce et de Rome)* de Fustel de Coulanges (Ediouro).
  - *Direito Romano* de Thomas Marky (Centro Acadêmico 22 de agosto).
  - *Istituzioni di Diritto Romano* de Matteo Marrone (Palumbo).
  - *Istituzioni di Diritto Romano* de Mario Talamanca (Giuffrè Editore).
  - *Lineamenti di Storia del Diritto Romano* organizado por Mario Talamanca (Giuffrè Editore).
  - *Roman Law, Contemporary Law, European Law. The Civilian Tradition Today* de Reinhard Zimmermann (Oxford University Press).
  - *Les grands systèmes de droit contemporains* de René David (Camille Jauffret-Spinosi).
  - *Roman Civilization. Sourcebooks I. The Republic; II. The Empire* editado por N. Lewis e M. Reinhold (Harper Torchbooks).
  - *História de Roma (Rome)* de Michel Rostovtzeff (Zahar Editores).
  - *História de Roma - excertos (Römische Geschichte. 5 vols.)* de Theodor von Mommsen (Editora Delta).
  - [\*Encyclopedic Dictionary of Roman Law\*](#) de Adolf Berger.
  - *Istituzioni di Diritto Romano* de Biondo Biondi (Giuffrè Editore).
  - *Le droit romain* de Michel Villey (PUF).
  - *A History of Rome to 565 a.D.* de A.E.R. Boak e R. Hudson (The MacMillan Company).
  - *Ius: l'invenzioni del diritto in Occidente* de Aldo Schiavoni (Einaudi).
- 

### Produção e apresentação

Marcelo Consentino

### Produção técnica

Jukebox

Fonte: <http://oestadodaarte.com.br/direito-romano/>

---

## [Entre a arte e a ciência \(por Roger Scruton\)](#)



“View of Beirut”, 1861, Edward Lear

Quando Mohamed Atta enfiou o vôo 11 da American Airlines na torre norte do World Trade Center, no dia 11 de setembro de 2001, deu expressão ao seu ressentimento para com tudo o que aquele prédio simbolizava: o triunfo do materialismo secular, o sucesso e a prosperidade da América, a tirania do mercado financeiro e a *hybris* da cidade moderna. Expressava também um antigo rancor para com o modernismo arquitetônico, rancor que já havia manifestado na sua dissertação de mestrado para a Faculdade de Arquitetura da Universidade de Hamburgo. O tema dessa dissertação foi a antiga cidade de Aleppo, danificada pela implacável perseguição movida pelo presidente sírio Hafiz al-Assad contra a Fraternidade Muçulmana e danificada ainda mais pelos arranha-céus que apagam os contornos das ruas antigas e se erguem bem acima dos dedos finos e implorantes das mesquitas. A sucata do modernismo representava, para Atta, um símbolo da impiedade do mundo moderno e do seu desprezo brutal pela cidade muçulmana.

As antigas cidades do Oriente Médio, captadas nos belos desenhos e aquarelas de Edward Lear, eram lugares onde comunidades muito unidas se abrigavam em torno das mesquitas e onde os minaretes tocavam o céu num gesto de oração contínua. Eram lugares de piedosa laboriosidade, e as suas vielas, pátios e bazares - o pano de fundo típico das narrativas árabes, das Mil e uma noites até os romances de Naguib Mahfouz - ocupam um lugar inamovível na memória dos muçulmanos, especialmente daqueles que, como Atta, se encontram flutuando entre estranhos nas ruínas de concreto da cidade ocidental.

Hoje, essas cidades antigas do Oriente Médio estão muito diferentes, com as mesquitas pateticamente esmagadas pelos arranha-céus gigantescos, os antigos pátios comprimidos entre prédios de apartamentos populares e as vielas rasgadas por avenidas. Apesar de as causas desse desastre social e estético serem muitas - uma delas a superpopulação, outra a corrupção e, no caso da Arábia Saudita, a especulação imobiliária da família Bin Laden -, não se pode negar que o modernismo arquitetônico tem a sua parcela de culpa. Foi o projeto insano de Le Corbusier para Argel que lançou a idéia de que as antigas cidades muçulmanas poderiam ser completamente remodeladas sem se levar em conta nenhuma das necessidades religiosas e sociais da população. Embora somente uma horripilante parte do projeto tenha sido construída, este é, no entanto, estudado assiduamente nas escolas de arquitetura como uma das grandes "soluções" para um problema que ninguém havia percebido antes de Le Corbusier.

O "problema" consistia em como encaixotar as pessoas numa cidade e depois permitir que elas se movessem livremente por ela. A solução do arquiteto foi construir pistas elevadas para carros enquanto a população se amontoava em blocos de apartamento debaixo delas. Casas e vielas antigas deviam ser demolidas e edifícios comerciais gigantescos deviam ser construídos à beira-mar, reduzindo a nada mesquitas e igrejas. O prefeito da cidade, eleito pelos moradores, opôs-se a esses planos, o que levou Le Corbusier a aproximar-se do governador não-eleito da província (um francês) para pedir-lhe que passasse por cima do prefeito. "O projeto deve prevalecer", escreveu. "É o plano que está certo. Ele proclama realidades indubitáveis". E ainda em 1941, como líder da Comissão Nacional de Construção Civil do governo de Vichy, insistia em classificar os seus planos para Argel como prioridade máxima.

Nunca ocorreu a Le Corbusier que a natureza congestionada de uma cidade muçulmana é o subproduto natural de um modo de vida. Pátios e vielas exprimem a própria alma dessa comunidade

- uma comunidade que pára cinco vezes ao dia para rezar, que se define a si própria pela obediência e pela submissão e que se refugia na família sempre que as coisas se complicam. São justamente as avenidas e os edifícios que matam a cidade muçulmana e enviam os seus filhos para o estrangeiro, cheios de ódio e sede de vingança - como Atta - contra o modernismo que os desenraizou.

\* \* \*

Quando a cidade de Nova York, na esteira do terrível crime de Atta, começou a pensar na reconstrução do *ground zero*, não faltaram sugestões sobre o que se deveria fazer. A minha preferida era o projeto de Alexander Stoddart e outros, proposto nas páginas do *City Journal*. Este projeto envolvia um retorno à escala e à densidade da parte mais antiga do baixo West Side, e a restauração de um bairro de finalidade mista, residencial e comercial; o principal espaço público seria a rua, ao invés dos assépticos parques e praças. O antigo calor e aconchego dos bairros de Nova York voltariam a instalar-se por meio do frutífero entrelaçamento do trabalho com a residência e o lazer.

Projetos como esse, porém, não atraem a atenção das autoridades municipais, uma vez que quase todas procuram símbolos que mostrem quão esclarecidas são, e a maioria delas engoliu a doutrina de que a arquitetura é uma arte que deve ter como meta a sua própria vanguarda. Cidades que contam com corporações de alto nível profissional e financeiro para financiar os seus projetos, confiam-nos a um grupo cada vez menor de arquitetos-superstars escolhidos em função da sua capacidade de chocar o gosto dos cidadãos comuns com edifícios que se tornam *causes célebres* por recusarem ostensivamente qualquer integração com a vizinhança.

A maioria desses arquitetos-superstars - Daniel Libeskind, Frank Gehry, Richard Rogers, Norman Foster, Peter Eisenman, Rem Koolhaas - adquiriu todo um repertório de blablablá pretensioso para mostrar claramente a sua genialidade àqueles que, de outra maneira, não o perceberiam. Ao gastar o dinheiro que pertence a eleitores ou acionistas, as pessoas deixam-se facilmente convencer por esse jargão, pois estimula a sua vaidade levando-as a acreditar que investem numa obra-prima original e revolucionária. Não surpreende, pois, que o prefeito Michael Bloomberg, o então governador George Pataki e o arrendatário Larry Silverstein tenham sido atraídos pelo projeto de Daniel Libeskind, que consistia em substituir as torres do World Trade Center por um fantástico conjunto de caixas de vidro assimétricas, uma delas dotada de uma sinuosa "Torre da Liberdade" que atingiria exatamente 1776 pés quando se acrescentasse no seu topo uma antena de rádio, também esta deslocada com relação ao centro do edifício.

Libeskind, o arquiteto do Museu Judaico de Berlim, é conhecido por projetar edifícios que são esculturas expressionistas, construídos para desafiar a gravidade, a estabilidade e a comunidade, e que envolvem custos enormes e geralmente imprevisíveis na sua construção. Foi este último fator que persuadiu Bloomberg, Pataki e Silverstein a confiar o projeto a Skidmore, Owings e Merrill, na intenção de torná-lo econômica e estruturalmente viável. Foi o que a empresa fez, descartando pura e simplesmente os planos de Libeskind e recomeçando do zero, a fim de produzir uma tediosa fileira de torres sem beleza alguma, alinhadas ao redor de um espaço aberto sem propósito nenhum - a velha solução da Bauhaus, que tem desagradado a todos em todo o mundo, de Vladivostok a Los Angeles, da Cidade do Cabo a Aberdeen.

Libeskind é um dos alvos de John Silber em *Architecture of the Absurd* ("Arquitetura do absurdo"),

um franco ataque aos arquitetos-superstars e aos seus projetos dispendiosos e auto-afirmativos <sup>[1]</sup>. Silber é reconhecidamente uma autoridade na moral e na filosofia da religião de Kant, e também um acadêmico que, sem nunca esconder a sua opinião de ninguém que lhe cruzasse o caminho, pôs a Universidade de Boston entre as melhores do país durante a sua administração. Além disso, é filho de um arquiteto e passou muitos dos seus anos de formação no escritório do pai, aprendendo as técnicas de um ofício que nunca viria a praticar. Aposentado, retorna agora a esse seu interesse juvenil e produz uma argumentação vivaz e convincente contra o culto do “gênio”, que teria exercido uma influência perniciosa sobre a arquitetura moderna.

A arquitetura, segundo Silber, não é uma arte “privada” como a poesia, a pintura e a música, cujas inovações podem ser oferecidas aos “iniciados” sem maltratar o gosto e as expectativas de nós outros. É uma realização pública, com um impacto inevitável sobre todos os que fazem uso da cidade e das suas ruas. Deve satisfazer o cliente, mas igualmente o público, que só deseja uma arquitetura que combine bem com as redondezas. Silber não é avesso ao modernismo e faz elogios (bem mais ardentes do que eu jamais me animaria a fazer) ao festejado edifício Seagram, de Mies van der Rohe, que se tornou o modelo de todos os prédios de escritório de vidros escuros encontrados em qualquer lugar da Europa e da América. O seu verdadeiro alvo é a egolatria, especialmente a egolatria que busca a originalidade em detrimento da harmonia e lança toda a humildade aos quatro ventos em nome da necessidade urgente de “aparecer”. Foi isso, pensa Silber, que culminou no culto ao gênio – um culto que pode ter sido importante na revitalização de artes como a poesia, a pintura e a música, mas que não tem cabimento na arquitetura.

Sim, não há dúvida de que há arquitetos que são geniais: Michelangelo, Palladio e mesmo Frank Lloyd Wright. Mas uma cidade não é obra de gênios. É obra de humildes artesãos e efeito colateral do seu contínuo diálogo consigo mesma. É um tecido em constante crescimento, remendado e costurado à medida que os nossos costumes mudam, de modo que a ordem surge pela “mão invisível” dos desejos que as pessoas têm de se relacionarem com os seus vizinhos. É isso o que produz cidades como Veneza e Paris, onde mesmo os mais grandiosos monumentos – San Marco, Notre Dame, a praça Vendôme, a Scuola di San Rocco – confortam os olhos e irradiam um sentido de pertença. No passado, os gênios faziam o máximo para que houvesse harmonia entre o seu projeto e a rua, o céu e o espaço público – como Michelangelo em São Pedro -, ou criavam, como fez Palladio, todo um vocabulário que fosse a língua franca de uma cidade em que todos pudessem sentir-se em casa.

Em contrapartida, a nova arquitetura do absurdo, exemplificada pelo insanamente dispendioso e bombástico Museu Guggenheim de Gehry em Bilbao, é projetada para desafiar a ordem dos arredores, para destacar-se como a obra de um artista inspirado que não constrói para as pessoas, mas “esculpe o espaço” em função das suas próprias finalidades expressivas. Silber não esconde a sua ira perante esse tipo de presunção e usa palavras duras e impactantes para falar do Stata Center do MIT projetado por Gehry, um edifício que, precisamente por pretender ridicularizar os velhos conceitos de paredes e janelas, já está cheio de vazamentos e rachaduras nas junções. A denúncia feroz de Silber detalha todas as deficiências do prédio, incluídos os custos muito maiores do que o orçamento inicial e os gastos necessários para a manutenção.

Mas a crítica mais forte é, de longe, a que evoca a figura de Le Corbusier – que, como Gehry, tinha a mesma concepção apriorística da construção e também se via a si próprio como um gênio

revolucionário. Uma vez que o Stata Center devia abrigar todos os pesquisadores altamente qualificados que o MIT vai colecionando, Gehry decidiu projetar um interior que os encorajasse a interagir, a compartilhar idéias, a amplificar a criatividade mútua, permitindo-lhes passar as idéias de sala em sala como se fossem bolas de futebol. Livrou-se assim das paredes internas, tornou transparentes todas as divisões e expôs tudo em espaços abertos, desagradáveis e vazios por causa das cores infantis de supermercado que gritam pelos corredores abertos. Esse tipo de apriorismo da parte de um arquiteto que jamais se deu ao trabalho de observar outros membros da sua espécie, lembra os projetos de Le Corbusier para um hospital em Veneza, no qual não devia haver janelas e todas as portas se abririam para dentro, o que fomentaria a absoluta tranqüilidade de que nasce (segundo o arquiteto) a convalescença. Na vida real, porém, pesquisadores precisam de paredes, privacidade e solidão, se queremos que algum dia produzam idéias que possam passar para os seus colegas, assim como os doentes precisam de luz, ar e contato com a vida exterior, se queremos que melhorem.

São convincentes as críticas que Silber faz a Gehry e Libeskind, e ainda mais a sua rejeição absoluta de Josep Lluís Sert, ex-decano da Harvard Design School, clone de Walter Gropius e seguidor de Le Corbusier, que atulhou Boston e Cambridge dos seus grotescos e desagradáveis monumentos a si mesmo e destruiu a Universidade de Boston com a repulsiva torre da Faculdade de Direito. O que, diga-se de passagem, me levou a perguntar por que Silber não a mandou demolir quando foi reitor de Boston, pois, embora a demolição de um edifício modernista seja cara, os gastos logo se recuperam com os reduzidos custos de manutenção de um edifício tradicional edificado em sua substituição. Por animador que seja o livro de Silber, mais animadora e ainda mais necessária para o ambiente cultural dos Estados Unidos de hoje seria a visão de uma “obra-prima” modernista sendo demolida impunemente - e não é que o reitor Silber alguma vez tenha deixado de fazer alguma coisa por saber que encontraria oposição. Hoje, há poucas pessoas que teriam a coragem de fazer aquilo de que o futuro da Universidade de Boston tanto precisa: eliminar do seu pequeno câmpus qualquer traço de Sert, de modo que a Faculdade de Direito possa abrigar-se num prédio realmente conforme com a lei.

Os desastres que Silber relata aconteceram em parte porque, como ele aponta, a educação disciplinada que seu pai lhe exigiu foi deliberadamente destruída. Poucas escolas de arquitetura ensinam hoje os seus alunos a desenhar paisagens urbanas, fachadas ou figuras humanas; poucas ensinam os alunos a criar composições valendo-se das regras clássicas ou desenhar fenômenos profundamente significativos e transitórios, como a incidência da luz num capitel coríntio - técnicas necessárias que treinam a mão e o olho e que ensinam os arquitetos a prestar atenção em algo mais interessante que eles próprios. A Engenharia e o desenho técnico tomaram o lugar de tudo isso, e o resto não passa de *hype* - blablablá desconstrucionista projetado para vender qualquer tipo de escultura espacial que você seja capaz de inventar.

Mas qual seria a alternativa? Nathan Glazer afirma no seu livro *From a Cause to a Style* que as limitações da arquitetura moderna tornam quase impossível para os arquitetos comportar-se como os seus predecessores, que adornavam edifícios com alguma reminiscência eclética do estilo gótico ou clássico, revestiam estruturas de ferro com pedras talhadas e coroavam as fachadas com uma cornija vignelesca em zinco <sup>[2]</sup>. O que antes era uma solução barata para a demanda pública por ornamento e ordem tornou-se de um custo proibitivo. As maneiras antigas de construir já não são financeiramente viáveis agora que o espaço é limitado, a mão-de-obra especializada é rara e a

engenharia de proporções elefantinas é tecnicamente possível e relativamente barata.

Glazer é um sociólogo que dedicou à arquitetura e aos seus efeitos sociais uma atenção considerável ao longo dos anos; o seu livro reúne ensaios bem escritos que relatam a sua desilusão crescente com os estilos e arquétipos modernistas. Como muitos socialistas bem-intencionados (coisa que ele era na época), Glazer em princípio foi um entusiasta da mentalidade planificadora que fincou raízes na Grã-Bretanha do pós-guerra e que procurou varrer os cortiços superlotados e insalubres, substituindo-os por torres higiênicas cercadas de espaços onde a população pudesse desfrutar de luz e ar. Essa receita para melhorar a situação da classe trabalhadora das cidades foi mais influenciada por Gropius e a Bauhaus do que por Le Corbusier. Coincidia com o programa socialista, segundo o qual a habitação era responsabilidade do Estado, todos os arquitetos da época tendiam a endossá-la, e parecia oferecer vantagens insuperáveis em comparação com a receita antiga - que em todo o caso era antes um subproduto da liberdade do que uma escolha consciente -, segundo a qual as casas deviam ficar uma ao lado da outra ao longo da mesma rua.

Contudo, Glazer chama a atenção para o fato de a principal oposição ao projeto modernista de habitação não ter vindo dos críticos, mas das próprias pessoas a que esses projetos eram destinados. Para a surpresa dos planejadores, a população resistiu à tentativa de demolir as suas ruas e de eliminar as doenças familiares e domesticadas que grassavam nos seus quintais atulhados. As pessoas não gostavam nada de viver dependuradas no ar, nem de olhar por uma janela e não ver coisa alguma; queriam a vida da rua, queriam sentir a vida ao seu redor e ao mesmo tempo saber que podiam trancá-la do lado de fora ou deixá-la entrar conforme quisessem. Queriam ter os vizinhos ao lado, não acima ou abaixo. E a maioria delas queria uma casa própria, não uma que fosse propriedade da prefeitura e que depois não pudesse ser transmitida como herança para os filhos. A tentativa de “bauhausizar” a classe operária foi, portanto, rejeitada pelos próprios operários, que nesse caso como em tantos outros se recusaram a fazer o que os socialistas lhes ordenavam até serem coagidos a fazê-lo pelo Estado.

Assim como Silber, Glazer tem um resto de simpatia pelo modernismo, apesar de, também como Silber, reconhecer que os arquitetos se tornaram individualistas, excêntricos e auto-referentes por causa da suposta competência que o modernismo lhes confere. Os arquitetos-superstars não agradam mais a um que ao outro, e Glazer tem sábias palavras sobre o estrago que o egoísmo arquitetônico é capaz de fazer no entramado de uma cidade, particularmente nos monumentos públicos, em que a população deseja enxergar o “nós” e não o “eu”. Apesar de simpatizar com as abrangentes críticas que o Príncipe de Gales <sup>[3]</sup> tem feito aos últimos cinquenta anos de urbanização, Glazer reluta em defender o tipo de retorno aos princípios clássicos proposto por Leon Krier, arquiteto do Príncipe em Poundbury <sup>[4]</sup>. Glazer procura entender o descontentamento público com os edifícios modernistas, freqüentemente vistos como ofensas à cidade. A alternativa, diz ele, não é nem Levittown <sup>[5]</sup> nem Poundbury, mas algo que ainda está por surgir, não se sabe como, da crescente percepção pública de que nem tudo está bem nas nossas cidades e de que muito daquilo que perdemos era melhor.

É aqui que entra Nikos Salingaros <sup>[6]</sup>. A arquitetura, afirma ele, é governada por princípios universais e intuitivos exemplificados em todos os estilos bem-sucedidos e em todas as civilizações que deixaram a sua existência plasmada em construções. A própria vida segue esses princípios e controla o processo que, num organismo complexo, liga uma parte a outra e cada parte com o todo.

Reconhecemos intuitivamente a autoridade desses princípios porque correspondem aos nossos processos vitais internos; sentimo-nos à vontade em edifícios que os seguem e desconfortáveis em edifícios que não o fazem. Os contornos, as escalas, os materiais e as superfícies uniformes dos prédios modernos desprezam deliberadamente esses princípios, o que basta para explicar os sentimentos de hostilidade que provocam. A solução não está em retornar aos estilos clássicos (embora Salingeros, ao contrário da maioria dos críticos de arquitetura, não tenha uma aversão puritana a isso); está em retornar aos primeiros princípios e construir dentro dos seus limites, como o fez Gaudí em Barcelona.

Salingeros não é o primeiro a acreditar que os princípios arquitetônicos podem ser expressos com um rigor quase matemático. Neste sentido, reconhece explicitamente a sua dívida para com Christopher Alexander, arquiteto e teórico austríaco naturalizado inglês que hoje leciona em Berkeley e há décadas tem proposto consistentemente a mesma idéia central. Há um modo atemporal de construir, diz ele. Tem milhares de anos e continua a ser hoje o mesmo do passado. Os grandes edifícios tradicionais do passado, os vilarejos, as tendas e os templos em que as pessoas se sentem em casa sempre foram feitos por indivíduos que estavam muito próximos do núcleo central desse modo de construção. Quando não é seguido, torna-se impossível construir edifícios ou cidades espetaculares, lugares belos, lugares onde uma pessoa pode sentir-se ela mesma, pode sentir-se viva. E, como veremos, esse caminho conduz quem quer que queira segui-lo a construções cuja forma é tão antiga como a das árvores e das montanhas, como a forma dos nossos rostos.

Alexander apóia essa tese de vastas repercussões (proposta em *The Timeless Way of Building* <sup>[7]</sup>) numa espécie de gramática gerativa das formas arquitetônicas. Lança mão de um conjunto de regras que, se forem postas em prática pelo arquiteto, produzem resultados capazes de ser entendidos pelo usuário normal dessa construção, o qual reconstrói inconscientemente o processo que lhe deu origem.

Salingeros, por sua vez, é professor de Física Matemática na Universidade do Texas em San Antonio. É também um intelectual consciencioso e preocupado com a sociedade, e pensa que os erros encerrados no vernáculo modernista representam uma séria ameaça à possibilidade de habitar nas nossas cidades. Por toda a parte do mundo moderno (e não por último em San Antonio) podemos encontrar evidências disso: com exceção das cidades unificadas pelo emaranhado das suas ruas e quarteirões ancestrais, como as italianas e francesas, ou daquelas que não se desintegram graças a essa espécie de entusiasmo centrípeta que cria o núcleo fervente de São Francisco e Nova York, as cidades vêm-se tornando cada vez mais alheias aos seus moradores, que vêm fugindo delas aos magotes. Ora, desde sempre a cidade é o centro da vida social e criativa, e se fugimos dela acabamos por refugiar-nos numa solidão estéril, como a descrita por James Howard Kunstler (*The Geography of Nowhere*, 1993 <sup>[8]</sup>)

e Robert Putnam (*Bowling Alone*, 2000 <sup>[9]</sup>). Para Salingeros, portanto, nenhuma causa é mais importante que o retorno à ordem natural da arquitetura, que permitirá que voltemos a sentir-nos em casa em um ambiente urbano.

O segredo dessa ordem natural encontra-se no conceito de *escala*. Os edifícios bem realizados não tiveram o seu tamanho e a sua forma escolhidos, por assim dizer, numa só penada, como se tivessem sido moldados previamente em fôrmas – embora seja precisamente isso o que acontece no caso dos monstros de concreto armado que assolam as nossas cidades. Os edifícios bem realizados *atingem* o

seu tamanho e a sua forma, afirma Salingeros, através de uma hierarquia de escalas que nos permite “ler” as suas dimensões maiores como ampliações das menores. O arquiteto ascende da escala menor à maior por meio da repetida aplicação de uma “regra escalar” que exige que a passagem de um nível para o imediatamente superior se faça através da multiplicação por uma constante.

A escolha dessa constante não é arbitrária, porque a própria vida parece favorecer - nas estruturas fractais dos flocos de neve e dos cristais, nas camadas sobrepostas de tecidos das folhas ou de células - um número em torno de três. É a “regra do um terço” que, segundo Salingeros, foi aplicada pelos grandes arquitetos ao longo da história - por exemplo, ao estabelecer que a largura de uma janela deveria corresponder a um terço da largura da parede em que essa janela se encontra. No fim, por razões em parte matemáticas e em parte intuitivas, Salingeros opta pela constante  $e$  (aproximadamente 2,7) como apropriada para produzir uma ordem inteligível em qualquer edificação, permitindo que os todos maiores sejam compreendidos como expressão natural da ordem contida nas suas partes. Qualquer número menor do que esse produziria uma superfície tensa e congestionada, em que não se consegue distinguir claramente as ordens maiores das menores; e qualquer número muito maior do que esse produziria vastos vazios, como os que observamos nas lisas muralhas de vidro que são o pano de fundo cada vez mais habitual da vida urbana.

Salingeros desenvolve essa idéia, e muitas outras, de maneira instigante, argumentando por exemplo que o modernismo já começou errado ao aplicar a famosa rejeição dos ornamentos por Adolf Loos; essa rejeição deixou sem definir o ponto mais baixo da hierarquia escalar, de modo que os níveis superiores ficaram soltos e flutuantes. Também o uso de materiais pré-formatados ou polidos, que não possuem uma estrutura interna fractal, é em ampla medida responsável pela ausência de vida dos edifícios modernos, cujas superfícies carecem daquelas texturas que percebemos na pele, na casca das árvores ou nos paredões de rocha, texturas que se prestam a ser analisadas de acordo com a progressão escalar. De maneira similar, os limites finos que definem os edifícios modernos - pontas de vigas de aço, troncos abruptos de pilotis, encaixes metálicos de janelas que não podem ser abertas ou beiradas invisíveis de portas giratórias -, contribuem todos para deixar os limites indistintos, artificiais e inflexíveis, além de caros e geralmente fabricados fora do local de construção, sem referência às condições e irregularidades locais (a noção de “limites grossos x limites finos” é de Alexander, a quem Salingeros remete generosamente em todo o livro).

Salingeros vale-se da ciência cognitiva e da psicologia evolutiva a fim de mostrar que os modos tradicionais de construção obedecem a leis impostas pelas nossas faculdades cognitivas. A arquitetura sem detalhes significativos ou texturas granulares provoca um estranhamento em nós porque frustra as capacidades visuais e cognitivas com que exploramos o nosso ambiente. Ao mesmo tempo, tal como Alexander, Salingeros considera que as suas teorias revelam analogias profundas e perceptíveis entre arquitetura e vida. Muitas das maneiras pelas quais as células arquitetônicas se desdobram em edifícios imitam as formas de crescimento das plantas e dos animais; e ao tentar estabelecer uma teoria geral desse tipo de desdobramento, Salingeros retoma um tema que o Príncipe de Gales já havia abordado nos seus escritos.

Numa série de ensaios eruditos e tocantes ao mesmo tempo (*Anti-architecture and Deconstruction*), Salingeros e vários colegas próximos defendem uma compreensão da arquitetura como pano de fundo da comunidade humana, como a preparação do local onde moramos <sup>[10]</sup>. Salingeros atribui o

modernismo radical dos arquitetos-superstars menos ao egoísmo que a um desejo niilista de negar o caráter gregário das comunidades e de infestar o nosso entorno com objetos que nos impedem de ter conforto. Para ele, o problema não está no culto ao gênio, mas sim no espírito desconstrucionista que se espalhou pelo mundo intelectual como um vírus que desfaz todas as maneiras normais de pensar. Arquitetos como Gehry e Libeskind não constroem *para* a cidade, mas *contra* ela – e o mesmo vale para os arquitetos-superstars desde o momento em que Piano e Rogers desferiram o golpe decisivo contra Paris com o Centro Pompidou. Num vívido ensaio sobre Libeskind, Salingaros vai ainda mais longe e diagnostica a desordem entrópica dos projetos de Libeskind como “geometria da morte”: quando aparecem nas nossas cidades, fazem-no como uma espécie de maldição, como estruturas vampirescas que se alimentam da vida do seu entorno.

É impossível resumir num espaço pequeno todos os argumentos que Salingaros aduz para mostrar o que houve de errado e como deve ser retificado. Nem sempre o autor convence – há nele um quê de apriorismo só redimido parcialmente pelo fato de reconhecer que as suas teorias devem fundamentar-se na nossa intuição visual, não em provas matemáticas. No entanto, nenhum leitor de *A Theory of Architecture* conseguirá ignorar a seriedade de tom e a profundidade de observação plasmadas no texto, nem deixará de apreciar os muitos *insights* tanto sobre a beleza dos antigos estilos populares como sobre o vazio ofensivo do estilo modernista.

É um sintoma da desesperadora situação do nosso ensino de arquitetura que esse livro e a compilação de ensaios só possam ser encontrados graças a uma obscura editora alemã (distribuída pela ISI), ao passo que os escritos de Le Corbusier e Sigfried Giedion são publicados por editoras universitárias e considerados de leitura obrigatória em praticamente todos os cursos de arquitetura de todas as faculdades. Um dia, Salingaros talvez venha a tornar-se leitura obrigatória dos arquitetos. Se isso acontecer, pode ser que surja uma nova “ortodoxia”, uma ortodoxia na qual a humildade, a ordem e a preocupação social – as virtudes expurgadas dessa disciplina pelos arquitetos-superstars – venham a ser norma. E é possível que, quando isso acontecer, não precisemos de um John Silber para ordenar a demolição de todos e cada um dos prédios de Sert.

## Notas

<sup>[1]</sup> John Silber, *Architecture of the Absurd. How “Genius” Disfigured a Practical Art*. Quantuck Lane, 2007, 128 págs.

<sup>[2]</sup> Nathan Glazer, *From a Cause to a Style: Modernist Architecture’s Encounter with the American City*. Prince-ton: Princeton University Press, 2007, 310 págs.

<sup>[3]</sup> Charles, filho de Elizabeth II, publicou um livro e fez um documentário chamados *A Vision for Britain*, em que advoga por um urbanismo tradicional, pela retomada de uma escala mais humana nos edifícios e pela restauração das construções históricas, integradas ao desenvolvimento urbano. Segue em geral as idéias de Christopher Alexander e Leon Krier (N. do T.).

<sup>[4]</sup> Poundbury é um vilarejo experimental criado nos arredores de Dorchester com base nas idéias urbanísticas do Príncipe Charles (N. do T.).

<sup>[5]</sup> Levittown é um subúrbio de Nova York, o primeiro inteiramente planejado nos EUA, que serviu de

modelo para bairros posteriores desse tipo. Muitas das características das casas particulares modernas surgiram ali (N. do T.).

<sup>[6]</sup> Nikos Salingaros, *A Theory of Architecture*. ISI Books, 2007, 278 págs.

<sup>[7]</sup> Christopher Alexander, *The Timeless Way of Building*, Oxford University Press, 1979, 552 págs. (N. do T.).

<sup>[8]</sup> James Howard Kunstler, *The Geography of Nowhere: The Rise and Decline of America's Man-Made Landscape*. Free Press, 1993, 304 págs. (N. do T.).

<sup>[9]</sup> Robert Putnam, *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*. Simon & Schuster, 2000, 544 págs. (N. do T.).

<sup>[10]</sup> Nikos A. Salingaros, *Anti-architecture and Deconstruction*. ISI Books, 2007, 210 págs. (N. do T.).

*Artigo traduzido da revista The New Criterion, vol. 26, fevereiro de 2008, página 4. Copyright © Roger Scruton, 2008. Todos os direitos desta tradução reservados a Dicta&Contradicta.*

**Roger Scruton** , PhD em Filosofia por Cambridge com uma tese sobre Estética, interessa-se especialmente por arquitetura. Atualmente, leciona Filosofia no Institute for the Psychological Sciences, tanto em Washington como em Oxford. Além de colaborar com diversas revistas, publicou recentemente, entre outros, os livros *A Political Philosophy*(Continuum Books, 2006), *The West and the Rest* (ISI Books, 2001), *Culture Counts: Faith and Healing in a World Besieged* (Encounter Books 2007) e a terceira edição de *A Dictionary of Political Thought* (Palgrave Macmillan, 2007).

*Tradução de Cristian Clemente, licenciado em Letras pela FFLCH-USP.*

Publicado originalmente no [site da Revista Dicta&Contradicta](#).

---

**Tags:** Amizade, Cinema, Compromisso, Ética, Filme, Lealdade, Virtude,

**Fonte:** IFE Campinas. Disponível em: <http://ife.org.br/uma-boa-mentira/>